EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA

Nº 27/2026

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra - CONDESUS
Câmara Setorial da Saúde
Edital de Pregão Eletrônico nº 27/2026
Tipo de julgamento: menor preço por item
Modo de disputa: aberto
Processo nº 34/2026
Registro de Preço 25/2026
Municípios Participantes: Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Capão Bonito do Sul, Esmeralda, Ipê, Jaquirana, Lagoa Vermelha, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, Taquara e Vacaria.

*Licitação Compartilhada na modalidade de pregão eletrônico visando o registro de preços para futura aquisição de medicamentos éticos, por parte dos Municípios dos Campos de Cima da Serra consorciados ao CONDESUS***.**

O PRESIDENTE DO CONDESUS, O SR. FREDERICO ARCARI BECKER, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando o registro de preços para o fornecimento dos bens descritos no Item I, do Termo de Referência, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e das Resoluções AG nº 02/2023, 09/2024 e 18/2024.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, no dia **16 de setembro às 08h**, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 07h e 30min da mesma data, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS para futura aquisição de medicamentos éticos, por parte dos Municípios dos Campos de Cima da Serra consorciados ao CONDESUS**, que obedecerá ao contido no Termo de Referência. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto da licitação descritas no Portal de Compras Públicas e as especificações constantes neste edital, prevalecerão às últimas.

1.1.1 O presente registro de preços não importa em obrigação de adquirir as quantidades registradas, podendo o Município consorciado, se desejar e mostrar-se viável, realizar licitação específica para aquisição do objeto.

1.1.2 As quantidades/execução dos bens/itens que vierem a ser realizados serão definidas na respectiva Nota de Empenho/Contrato (ou instrumento equivalente), que só será emitida dentro do prazo de validade do registro de preço correspondente que será de 12 (doze) meses contados da data de publicação da ata final.

1.1.3 A presente licitação compartilhada será gerenciada pelo CONDESUS, o qual conduzira o certame em todas as fases do processo licitatório, da fase preliminar à assinatura da ata de registro de preços, assim como realizará o controle dos quantitativos demandados e a atualização periódica dos preços registrados na vigência das atas, conforme previsto em regulamento. A contratação efetiva, através das atas de registro de preços gerenciadas pelo CONDESUS será de responsabilidade dos municípios consorciados e das outras entidades participantes demandantes dos itens, os quais emitirão empenhos, formalizarão instrumentos contratuais, procederão às liquidações e realizarão os pagamentos. O adimplemento das obrigações assumidas através da contratação efetiva não é de responsabilidade do CONDESUS na qualidade de entidade gerenciadora.

1.1.4 A entrega dos produtos deverá ser feita no(s) endereços indicados na Autorização de Fornecimento do município consorciado, em até 10 (dez) dias da ordem de fornecimento, em horário de expediente, devendo comunicar-se previamente com o fiscal do contrato, para que este acompanhe a entrega.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ .

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.4. Como condição prévia de participação a Administração fará a verificação acerca da inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

a) Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

2.4.1. A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

3.2.2. Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.2.3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.4. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.2.5. Declaração que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.2.6. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**,

estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto neste edital.

3.2.7. Declaração de observância do limite de R$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, número do Registros dos materiais nos itens solicitados e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

4.4. As propostas para o certame, poderão apresentar 04 (quatro) casas após a virgula.

4.5. Finalizada a sessão de lances do certame licitatório e declarados os arrematantes será solicitado o envio de proposta readequada, em campo específico da plataforma

de realização da licitação, dispondo os licitantes do prazo máximo de 02 (duas) horas para fazê-lo, salvo disposição em contrário, devidamente justificada pelo Pregoeiro.

4.5.1. Na proposta readequada deverá ser informado em campo específico o número do Registro do medicamento junto a ANVISA. Nesta hipótese fica dispensado o envio do documento emitido pelo licitante, ficando a cargo do CONDESUS a emissão/impressão dos mesmos para conferência. Caso seja encaminhada proposta readequada sem o número do registro do medicamento, a empresa terá sua proposta desclassificada.

4.5.1.1. Será admitido o protocolo do registro na ANVISA do medicamento a ser entregue desde que este não seja inferior a 6 (seis) meses ao vencimento do registro. Exemplo: registro com vencimento para 12/2024, somente serão aceitos protocolos efetuados até o mês 06/2024.

4.5.2. Na hipótese de haver a desclassificação da proposta da arrematante original de determinado item, ou ainda no caso de a mesma ser inabilitada, será definido o prazo de 01 (uma) hora para as demais licitantes classificadas no certame devidamente apresentarem suas propostas readequadas quando convocadas.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, ou pelo Cartório do Registro Civil de Pessoa Jurídica, com emissão não superior a 90 (noventa) dias.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação mediante o fornecimento de ao menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo permitir a obtenção das seguintes informações:

a.1) indicação do CNPJ e razão social;

a.2) informação do local e da data de expedição do atestado;

a.3) preferencialmente impresso em papel timbrado da pessoa jurídica que o emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível

do responsável e, adicionalmente, conter dados sobre contatos de telefone e e-mail do responsável pela emissão do atestado.

a.4) A justificativa para a exigência do ACT neste certame consta no capítulo 3 do Anexo I – Termo de Referência. Caso não seja exigido o ACT para algum item específico da licitação, por razões referentes ao item licitado, tal exceção constará expressamente no capítulo referenciado.

b) Apresentação de licença sanitária estadual ou municipal, conforme Portaria 2.814/98 da ANVISA.

c) Autorização de Funcionamento (AFE), expedida pela ANVISA em nome da licitante, conforme regulamenta a RDC n° 16/2014, contemplando no mínimo autorização para distribuição, armazenamento e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos, e/ou saneantes, e/ou produtos para saúde/correlatos, e/ou cosméticos, perfumes e produtos de higiene.

5.5. DECLARAÇÃO, ASSINADA POR REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE, DE QUE (MODELO ANEXO IV):

a) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

b) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

e) Declaração de observância do limite de R$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou

contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

f) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

g) Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

5.6. As declarações deverão ser prestadas também via plataforma do https://www.portaldecompraspublicas.com.br em campo próprio.

5.7. Para as empresas cadastradas no CONDESUS, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.8. A substituição referida no item 5.7 somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.9. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,

mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6. VEDAÇÕES

6.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau,

de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7.4. O intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances será de 1 (um) por cento, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

8.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a

Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.condesus.com.br.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

10.1.4. O disposto no item 10.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme art. 5º do Decreto nº 11.430 da Presidência da República, de 8 de março de 2023.

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.3. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, e 5.5, enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas seguintes hipóteses previstas no §3º do art. 14 da Resolução AG nº 09/2024, que regulamenta a Sistema de Registro de Preços no âmbito do CONDESUS.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. RECURSO

14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E ADESÃO

16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.3. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16.6. É permitida a adesão na Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação, conforme determina o art. 86, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como regulamenta o Capítulo VIII, da Resolução AG 09/2024.

16.7. A solicitação de adesão de órgãos externos deverá ser protocolada a partir da Central de Atendimento do CONDESUS, Categoria “Órgãos Externos”, Serviço “Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços”, acessada pelo sítio eletrônico oficial do consórcio, disponível no seguinte endereço eletrônico: https://condesus.1doc.com.br/atendimento

17. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

18. ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Quaisquer pedidos que tenham por intento a alteração das condições de contratação originalmente fixadas na ata de registro de preços oriunda da presente contratação, tais como reequilíbrios econômico-financeiros, cancelamentos de item e trocas de marca, deverão ser protocoladas a partir da Central de Atendimento do CONDESUS, acessada pelo sítio eletrônico oficial do consórcio, disponível no seguinte endereço eletrônico: https://condesus.1doc.com.br/atendimento

18.1.1. Os pedidos a que se refere o item supra deverão ser protocolados em campo específico do portal, na aba “Fornecedores”.

19. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado contra empenho em até 30 dias após a entrega total dos produtos contidos na ordem de fornecimento ou empenho, por intermédio da Tesouraria do município consorciado e mediante apresentação da nota fiscal/fatura, correndo a despesa na dotação orçamentária de cada município consorciado.

19.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

19.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

20. RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1. O prazo de entrega integral dos produtos é de até 10 (dez) dias contados do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento, em horário de expediente, devendo comunicar-se previamente com o fiscal do contrato, para que este acompanhe a entrega.

20.2. Os materiais deverão ser entregues no endereço indicado na ordem de compra do município consorciado.

20.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

20.4. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

20.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 21.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

21.4. O atraso injustificado na entrega/execução do objeto da licitação, no prazo estipulado neste edital, sujeitará o licitante/contratado à multa de mora de 10% (dez por cento) sobre o valor do item entregue ou executado fora do prazo.

21.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 21.2 do presente Edital.

21.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.7. A aplicação das sanções previstas no item 21.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.8. Na aplicação da sanção prevista no item 21.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 21.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

21.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

21.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

21.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 21.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21.15. As infrações de que tratam este capítulo serão apuradas através da instauração de processo administrativo no âmbito do CONDESUS, conforme previsto no Regimento Interno do Procedimento Administrativo Sancionador – PAS, aprovado pela Resolução AG nº 10/2025.

22. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

22.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do seguinte endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/

22.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração https://www.portaldecompraspublicas.com.br/

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

23.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

23.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

23.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Vacaria, 03 de setembro de 2026.

Frederico Arcari Becker
Presidente do CONDESUS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, para atender às necessidades dos municípios consorciados ao CONDESUS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	AAS PROTECT, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0246)	UND	109.300	R$ 0,64	R$ 69.952,00
2	ABLOK PLUS, 25/12,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0247)	UND	8.200	R$ 1,17	R$ 9.594,00
3	ACERTIL, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-1069)	UND	6.205	R$ 2,78	R$ 17.249,90
4	ACLASTA, 5MG/100ML, SOLUÇÃO INTRAVENOSA, FRASCO 100ML (01-65-1111)	UND	33	R$ 1.968,19	R$ 64.950,27
5	ACTSUN PROTETOR SOLAR FACIAL, FPS 60, FRASCO 60ML (01-65-0855)	UND	494	R$ 57,30	R$ 28.306,20
6	ADALAT OROS, 30MG, COMPRIMIDO (01-65-0249)	UND	5.900	R$ 0,11	R$ 649,00
7	ADDERA D3, 7.000UI, COMPRIMIDO (01-65-0251)	UND	189.100	R$ 5,07	R$ 958.737,00
8	ADORLAN, 25/25MG, COMPRIMIDO	UND	107.260	R$ 4,69	R$ 503.049,40
9	ADORLAN, 50/50MG, COMPRIMIDO	UND	7.260	R$ 9,45	R$ 68.607,00
10	AD-TIL, 50.000/10.000UI/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 20ML (01-65-0693)	UND	84.450	R$ 16,41	R$ 1.385.824,50
11	ADVANCED, CURATIVO HIDROCOLÓIDE, 10CMX10CM EXTRAFINO CAIXA COM 10 UNIDADES	UND	12.020	R$ 7,92	R$ 95.198,40
12	AEROLIN 5MG/ML, SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO, FRASCO 10ML	UND	102.750	R$ 17,83	R$ 1.832.032,50
13	AGLUCOSE, 50MG, COMPRIMIDO	UND	25.060	R$ 1,18	R$ 29.570,80

14	AGULHA PARA CANETA DE INSULINA BD 5MM	UND	125.000	R$ 0,65	R$ 81.250,00
15	AGULHA PARA CANETA DE INSULINA BD 8MM	UND	122.500	R$ 0,66	R$ 80.850,00
16	ALDAZIDA, 50MG/50MG, COMPRIMIDO (01-65-0253)	UND	6.620	R$ 1,50	R$ 9.930,00
17	ALENIA, 6/200MCG, CÁPSULA C/ PÓ INALAÇÃO (01-65-0254)	UND	13.710	R$ 1,49	R$ 20.427,90
18	ALENIA, 12/400MCG, CÁPSULA C/ PÓ INALAÇÃO (01-65-0856)	UND	70.960	R$ 2,09	R$ 148.306,40
19	ALOIS, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0857)	UND	9.120	R$ 2,70	R$ 24.624,00
20	ALPHAGAN Z, 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML (01-65-0255)	UND	682	R$ 93,09	R$ 63.487,38
21	ANCORON 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0260)	UND	59.120	R$ 0,75	R$ 44.340,00
22	ANCORON 200MG, COMPRIMIDO (01-65-0261)	UND	44.520	R$ 1,29	R$ 57.430,80
23	ANORO ELLIPTA, 62,5/25MCG, PÓ INALANTE (01-65-0861)	UND	3.734	R$ 12,79	R$ 47.757,86
24	ANSITEC, 10MG. COMPRIMIDO (01-65-1193)	UND	65.220	R$ 2,58	R$ 168.267,60
25	ANSITEC, 5MG. COMPRIMIDO (01-65-1194)	UND	64.220	R$ 1,44	R$ 92.476,80
26	APRESOLINA, 25 MG, DRÁGEA (01-65-1195)	UND	176.600	R$ 0,46	R$ 81.236,00
27	APRESOLINA, 50 MG, DRÁGEA (01-65-1196)	UND	225.600	R$ 0,66	R$ 148.896,00
28	APROZIDE, 300/12,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0263)	UND	6.610	R$ 5,79	R$ 38.271,90
29	APTAMIL AR, FÓRMULA INFANTIL ANTI-REGURGITAÇÃO 0 A 12 MESES, LATA DE 800 MG (01-65-0936)	UND	2.192	R$ 91,01	R$ 199.493,92
30	APTAMIL 1, FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, 0 A 6 MESES, LATA DE 800 MG (01-65-0934)	UND	2.352	R$ 74,22	R$ 174.565,44
31	APTAMIL 2, FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, 6 A 12 MESES, LATA DE 800 MG (01-65-0935)	UND	2.352	R$ 74,25	R$ 174.636,00

32	AQUACEL AG+ EXTRA, 15CMx15 CM, CURATIVO DE DUPLA CAMADA	UND	2.760	R$ 159,82	R$ 441.103,20
33	ARADOIS, 25MG, COMPRIMIDO (01-65-0264)	UND	45.620	R$ 1,48	R$ 67.517,60
34	ARADOIS, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-0265)	UND	441.920	R$ 0,83	R$ 366.793,60
35	ARADOIS H, 50/12,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0266)	UND	11.920	R$ 1,17	R$ 13.946,40
36	ARAVA, 20MG, COMPRIMIDO (01-65-0862)	UND	10.920	R$ 17,98	R$ 196.341,60
37	ARISTAB, 10 MG, COMPRIMIDO (01-65-1197)	UND	17.920	R$ 3,66	R$ 65.587,20
38	AROPAX, 20 MG, COMPRIMIDO (01-65-0863)	UND	9.470	R$ 8,53	R$ 80.779,10
39	ARPADOL, 400MG, COMPRIMIDO (01-65-0864)	UND	46.220	R$ 3,40	R$ 157.148,00
40	ARTRODAR, 50MG, CÁPSULA	UND	6.420	R$ 6,16	R$ 39.547,20
41	ARTROLIVE, 500/400MG, CÁPSULA (01-65-0268)	UND	113.870	R$ 2,63	R$ 299.478,10
42	ARTROSIL, 320 MG, CÁPSULA (01-65-1112)	UND	7.620	R$ 5,51	R$ 41.986,20
43	ASPIRINA PREVENT, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-1113)	UND	15.120	R$ 0,73	R$ 11.037,60
44	ASSERT, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-0865)	UND	54.620	R$ 2,70	R$ 147.474,00
45	ATACAND COMB, 16/2,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0866)	UND	6.970	R$ 40,78	R$ 284.236,60
46	ATACAND COMB, 16/5MG, COMPRIMIDO (01-65-0867)	UND	6.970	R$ 4,81	R$ 33.525,70
47	ATACAND HCT, 16/12,5 MG, COMPRIMIDO (01-65-0868)	UND	7.970	R$ 5,37	R$ 42.798,90
48	ATACAND HCT, 8/12,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0869)	UND	6.970	R$ 5,32	R$ 37.080,40
49	ATENSINA, 0,100MG, COMPRIMIDO (01-65-0270)	UND	64.300	R$ 0,31	R$ 19.933,00
50	ATENSINA, 0,150MG, COMPRIMIDO (01-65-0271)	UND	112.200	R$ 0,39	R$ 43.758,00
51	ATENSINA, 0,200MG, COMPRIMIDO (01-65-0272)	UND	58.000	R$ 0,59	R$ 34.220,00

52	ATROVENT N, 20MCG/DOSE, SOLUÇÃO AEROSSOL, FRASCO 200 DOSES (01-65-1198)	UND	1.304	R$ 28,56	R$ 37.242,24
53	AVAMYS, 27,5MG/DOSE, SUSPENSÃO SPRAY, 120 DOSES (01-65-0275)	UND	1.456	R$ 60,83	R$ 88.568,48
54	AVODART, 0,5MG, CÁPSULA (01-65-0276)	UND	8.270	R$ 4,45	R$ 36.801,50
55	AVONEX, 60MCG/0,5ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA PREENCHIDA (01-65-1199)	UND	32	R$ 623,88	R$ 19.964,16
56	AZOPT, 10MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML (01-65-1043)	UND	684	R$ 98,03	R$ 67.052,52
57	AZUKON MR, 30MG, COMPRIMIDO (01-65-0871)	UND	65.860	R$ 0,62	R$ 40.833,20
58	BAMIFIX, 300MG, COMPRIMIDO (01-65-0872)	UND	6.760	R$ 1,96	R$ 13.249,60
59	BAMIFIX, 600MG, COMPRIMIDO (01-65-1200)	UND	6.610	R$ 3,13	R$ 20.689,30
60	BENICAR, 20MG, COMPRIMIDO (01-65-0873)	UND	17.360	R$ 2,17	R$ 37.671,20
61	BENICAR, 40MG, COMPRIMIDO (01-65-0874)	UND	16.360	R$ 2,27	R$ 37.137,20
62	BENICAR HCT, 40/12,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0281)	UND	6.360	R$ 2,65	R$ 16.854,00
63	BRAVAN, 320MG, COMPRIMIDO (01-65-1139)	UND	7.860	R$ 2,92	R$ 22.951,20
64	BRILINTA, 90MG, COMPRIMIDO (01-65-0283)	UND	5.110	R$ 7,51	R$ 38.376,10
65	BRITENS, 2MG/5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10ML (01-65-1067)	UND	872	R$ 133,32	R$ 116.255,04
66	BUPIUM, 150MG, COMPRIMIDO (01-65-0876)	UND	98.220	R$ 4,44	R$ 436.096,80
67	CALDÊ, 1500MG/400UI, COMPRIMIDO (01-65-0287)	UND	166.620	R$ 2,27	R$ 378.227,40
68	CARBOTLITIUM CR, 450MG, COMPRIMIDO (01-65-0290)	UND	215.920	R$ 2,03	R$ 438.317,60
69	CARDIZEM SR, 90MG, CÁPSULA (01-65-0291)	UND	7.970	R$ 2,33	R$ 18.570,10
70	CARTIGEN C, SACHÊ (01-65-0878)	UND	5.825	R$ 6,99	R$ 40.716,75

71	CARVEROL, 250MG, COMPRIMIDO (01-65-1201)	UND	40.150	R$ 1,58	R$ 63.437,00
72	CEBRALAT, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0879)	UND	8.120	R$ 1,32	R$ 10.718,40
73	CENTRUM ADULTO MULTIVITAMÍNICO DE A a Z, COMPRIMIDO (01-65-0439)	UND	7.260	R$ 2,16	R$ 15.681,60
74	CERUMIN, 0,4/140MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA, FRASCO 8 ML (01-65-1202)	UND	32.150	R$ 22,38	R$ 719.517,00
75	CHAMPIX, 11 COMPRIMIDOS 0,5MG + 42 COMPRIMIDOS 1MG, COMPRIMIDO (01-65-0295)	UND	4.113	R$ 12,74	R$ 52.399,62
76	CLENIL A, 400MCG/ML, SUSPENSÃO NEBULIZAÇÃO, FLACONETE 2ML (01-65-1203)	UND	4.434	R$ 8,61	R$ 38.176,74
77	CLENIL HFA, 50MCG/DOSE, SOLUÇÃO AEROSSOL (01-65-1204)	UND	4.144	R$ 48,66	R$ 201.647,04
78	CITONEURIN, 5000MCG/100MG/100MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL (01-65-0882)	UND	15.700	R$ 7,44	R$ 116.808,00
79	CLOPIXOL, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0884)	UND	11.750	R$ 2,96	R$ 34.780,00
80	CLOPIXOL DEPOT, 200MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL (01-65-0885)	UND	625	R$ 108,65	R$ 67.906,25
81	CODEIN, 3 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 120ML (01-65-0888)	UND	1.060	R$ 68,34	R$ 72.440,40
82	COLPOTROFINE, 10MG, CÁPSULA (01-65-0889)	UND	5.750	R$ 4,57	R$ 26.277,50
83	COMBODART 0,5/0,4MG, CÁPSULA (01-65-0890)	UND	24.320	R$ 3,96	R$ 96.307,20
84	CONCERTA, 36MG, COMPRIMIDO (01-65-0306)	UND	14.570	R$ 11,84	R$ 172.508,80
85	CONCOR 2,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0308)	UND	10.620	R$ 2,02	R$ 21.452,40
86	CONCOR, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-0309)	UND	21.220	R$ 2,97	R$ 63.023,40
87	CONCOR, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0307)	UND	7.420	R$ 3,57	R$ 26.489,40

88	CONDRES COLAGENO, 40MG, CÁPSULA (01-65-0310)	UND	7.260	R$ 3,91	R$ 28.386,60
89	CONDROFLEX, 1,5/1,2G, SACHÊ PÓ ORAL (01-65-0311)	UND	8.120	R$ 4,68	R$ 38.001,60
90	CRESTOR, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-0314)	UND	6.610	R$ 3,37	R$ 22.275,70
91	CRESTOR, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0312)	UND	7.610	R$ 6,76	R$ 51.443,60
92	CRESTOR, 20MG, COMPRIMIDO (01-65-0313)	UND	7.510	R$ 11,80	R$ 88.618,00
93	CYMBI, 30MG, CÁPSULA (01-65-0880)	UND	108.160	R$ 1,66	R$ 179.545,60
94	CYMBI, 60MG, CÁPSULA (01-65-0881)	UND	108.160	R$ 4,11	R$ 444.537,60
95	DALMADORM, 30MG, COMPRIMIDO (01-65-0316)	UND	6.110	R$ 1,00	R$ 6.110,00
96	DARAPRIM, 25MG, COMPRIMIDO (01-65-1205)	UND	6.060	R$ 0,12	R$ 727,20
97	DAXAS, 500MCG, COMPRIMIDO (01-65-0317)	UND	9.110	R$ 8,29	R$ 75.521,90
98	DEPAKENE, 250 MG, COMPRIMIDO (01-65-1206)	UND	374.500	R$ 0,94	R$ 352.030,00
99	DEPAKENE, 500 MG, COMPRIMIDO (01-65-1207)	UND	643.500	R$ 1,59	R$ 1.023.165,00
100	DEPAKENE, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100 ML (01-65-1208)	UND	8.250	R$ 16,99	R$ 140.167,50
101	DEPAKOTE ER, 500MG, COMPRIMIDO (01-65-0318)	UND	170.260	R$ 3,70	R$ 629.962,00
102	DEPAKOTE ER, 250MG, COMPRIMIDO (01-65-1209)	UND	169.060	R$ 1,97	R$ 333.048,20
103	DEPO PROVERA, 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL (01-65-1210)	UND	7.130	R$ 51,42	R$ 366.624,60
104	DETRUSITOL LA, 4MG, CÁPSULA (01-65-0322)	UND	6.110	R$ 27,99	R$ 171.018,90
105	DEXILANT, 60 MG, CÁPSULA (01-65-1007)	UND	9.360	R$ 3,67	R$ 34.351,20
106	DEXALGEN, 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL (01-65-1211)	UND	17.300	R$ 14,46	R$ 250.158,00
107	DIAMICRON MR, 30MG, COMPRIMIDO (01-65-0323)	UND	73.120	R$ 1,58	R$ 115.529,60

108	DIAMICRON MR, 60MG, COMPRIMIDO (01-65-0324)	UND	101.320	R$ 2,84	R$ 287.748,80
109	DIASEC, 2MG, COMPRIMIDO (01-65-0892)	UND	25.760	R$ 0,72	R$ 18.547,20
110	DIELOFT, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-0893)	UND	7.760	R$ 3,51	R$ 27.237,60
111	DIGEPLUS, 7MG/40MG/50MG, CÁPSULA (01-65-0894)	UND	8.910	R$ 1,64	R$ 14.612,40
112	DIOSMIN, 450/50MG, COMPRIMIDO (01-65-0327)	UND	81.220	R$ 2,82	R$ 229.040,40
113	DIOVAN, 80MG, COMPRIMIDO (01-65-0332)	UND	18.170	R$ 4,87	R$ 88.487,90
114	DIOVAN, 160MG, COMPRIMIDO (01-65-0328)	UND	21.120	R$ 4,06	R$ 85.747,20
115	DIOVAN, 320MG, COMPRIMIDO (01-65-0331)	UND	21.120	R$ 4,49	R$ 94.828,80
116	DIOVAN ANLO FIX, 160/5MG, COMPRIMIDO (01-65-0333)	UND	9.920	R$ 4,50	R$ 44.640,00
117	DIOVAN ANLO FIX, 160/10MG, COMPRIMIDO (01-65-1108)	UND	8.420	R$ 5,61	R$ 47.236,20
118	DIOVAN ANLO FIX, 320/5MG, COMPRIMIDO (01-65-0334)	UND	9.920	R$ 4,79	R$ 47.516,80
119	DIOVAN ANLO FIX, 320/10MG, COMPRIMIDO (01-65-0895)	UND	9.920	R$ 5,60	R$ 55.552,00
120	DIOVAN HCT, 160/12,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0335)	UND	9.220	R$ 4,46	R$ 41.121,20
121	DIOVAN HCT, 160/25MG, COMPRIMIDO	UND	8.420	R$ 5,68	R$ 47.825,60
122	DIOVAN HCT, 320/12,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0330)	UND	19.620	R$ 4,64	R$ 91.036,80
123	DIOVAN HCT, 320/25MG, COMPRIMIDO (01-65-0336)	UND	9.620	R$ 5,00	R$ 48.100,00
124	DISFOR ARTRO, SACHÊS (01-65-0337)	UND	5.610	R$ 7,89	R$ 44.262,90
125	DIVENA, 40MG, COMPRIMIDO	UND	107.060	R$ 2,14	R$ 229.108,40
126	DIVIDOL, 70MG, CÁPSULA (01-65-1115)	UND	6.760	R$ 6,19	R$ 41.844,40
127	DK2 CAL, 600MG/5MCG/55MCG, COMPRIMIDO (01-65-0338)	UND	7.260	R$ 1,64	R$ 11.906,40

128	DOBEVEN, 500 MG, CÁPSULA (01-65-1212)	UND	6.120	R$ 2,78	R$ 17.013,60
129	DOLAMIN, 125MG, COMPRIMIDO (01-65-0339)	UND	7.120	R$ 1,93	R$ 13.741,60
130	DOLAMIN FLEX, 125/5MG, COMPRIMIDO (01-65-0896)	UND	7.120	R$ 3,74	R$ 26.628,80
131	DONAREN, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-0340)	UND	14.720	R$ 1,13	R$ 16.633,60
132	DONAREN RETARD, 150MG, COMPRIMIDO (01-65-0341)	UND	16.820	R$ 5,31	R$ 89.314,20
133	DONILA, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-0897)	UND	15.120	R$ 1,20	R$ 18.144,00
134	DORMONID, 15MG, COMPRIMIDO (01-65-1056)	UND	6.120	R$ 4,53	R$ 27.723,60
135	DOXURAN, 2MG, COMPRIMIDO (01-65-0898)	UND	5.760	R$ 0,75	R$ 4.320,00
136	DOXURAN, 4MG, COMPRIMIDO (01-65-0899)	UND	5.760	R$ 1,39	R$ 8.006,40
137	DUOMO HP, 2/5MG, CÁPSULA (01-65-0900)	UND	13.220	R$ 2,80	R$ 37.016,00
138	ECASIL- 81, 81 MG, COMPRIMIDO (01-65-1066)	UND	9.120	R$ 0,54	R$ 4.924,80
139	ELIQUIS, 2,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0901)	UND	7.620	R$ 3,51	R$ 26.746,20
140	ELIQUIS, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-0345)	UND	7.920	R$ 4,22	R$ 33.422,40
141	ENCRISE, 20UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1ML (01-65-1213)	UND	961	R$ 15,08	R$ 14.491,88
142	ENTEROGERMINA, 2 BILHÕES/5ML, FRASCOS 5ML (01-65-1214)	UND	30.950	R$ 29,53	R$ 913.953,50
143	ENTOCORT, 3MG, CÁPSULA (01-65-1215)	UND	5.250	R$ 7,97	R$ 41.842,50
144	ENTRESTO, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-1216)	UND	16.900	R$ 5,81	R$ 98.189,00
145	ENTRESTO, 24/26 MG, COMPRIMIDO (01-65-1116)	UND	17.900	R$ 5,59	R$ 100.061,00
146	ENTRESTO, 49/51 MG, COMPRIMIDO (01-65-1032)	UND	16.900	R$ 5,59	R$ 94.471,00
147	ENTRESTO, 97/103 MG, COMPRIMIDO (01-65-1008)	UND	19.200	R$ 5,20	R$ 99.840,00
148	ERGOMETRIN, 0,2MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1ML (01-65-1217)	UND	5.050	R$ 128,62	R$ 649.531,00

149	EPITEGEL, 50MG/G, GEL OFTÁLMICO, BISNAGA 10G (01-65-1218)	UND	1.262	R$ 51,33	R$ 64.778,46
150	ERITROMAX, 4000UI, SOLUÇÃO INJETÁVEL (01-65-1219)	UND	780	R$ 2,31	R$ 1.801,80
151	EUTHYROX, 25MCG, COMPRIMIDO (01-65-1123)	UND	430.500	R$ 0,66	R$ 284.130,00
152	EXFORGE HCT, 160/12,5/5MG, COMPRIMIDO (01-65-0349)	UND	9.850	R$ 6,00	R$ 59.100,00
153	EXFORGE HCT, 160/25/10MG, COMPRIMIDO (01-65-0350)	UND	9.850	R$ 7,01	R$ 69.048,50
154	EXFORGE HCT, 320/25/10MG, COMPRIMIDO (01-65-0351)	UND	9.850	R$ 6,88	R$ 67.768,00
155	FAMPYRA, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-1220)	UND	5.100	R$ 33,27	R$ 169.677,00
156	FERROPURUM, 20MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 5ML (01-65-1221)	UND	15.996	R$ 78,64	R$ 1.257.925,44
157	FLANCOX, 400MG, COMPRIMIDO (01-65-0902)	UND	7.760	R$ 3,18	R$ 24.676,80
158	FLAVENOS, 450/50MG, COMPRIMIDO (01-65-0903)	UND	69.260	R$ 2,42	R$ 167.609,20
159	FLORINEFE, 0,1MG, COMPRIMIDO (01-65-1117)	UND	4.750	R$ 4,04	R$ 19.190,00
160	FLOGO-ROSA, 53,2 MG/G, PÓ P/ PREPARAÇÃO EXTEMPORÂNEA (01-65-1222)	UND	7.610	R$ 5,25	R$ 39.952,50
161	FLUIMUCIL D, 600MG/5G, SACHÊ 5G (01-65-0904)	UND	39.400	R$ 4,36	R$ 171.784,00
162	FLUIR, 12MCG, CÁPSULA (01-65-0905)	UND	6.424	R$ 1,79	R$ 11.498,96
163	FLUNARIN, 10MG, CÁPSULA (01-65-0906)	UND	5.400	R$ 0,45	R$ 2.430,00
164	FLUXOCOR ANLO, 20/5MG, COMPRIMIDO (01-65-0907)	UND	7.060	R$ 1,70	R$ 12.002,00
165	FLUXOCOR ANLO, 40/10MG, COMPRIMIDO (01-65-1049)	UND	6.060	R$ 1,71	R$ 10.362,60
166	FORASEQ, 12/400MCG, CÁPSULA (01-65-0908)	UND	6.700	R$ 2,22	R$ 14.874,00
167	FORTINI PLUS, SEM SABOR, FÓRMULA	UND	1.396	R$ 78,00	R$ 108.888,00

	ORAL/ENTERAL, LATA 400 G (01-65-1223)				
168	FORTINI EM PÓ, SEM SABOR, 400 G	UND	1.584	R$ 82,12	R$ 130.078,08
169	FORXIGA, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0355)	UND	170.500	R$ 6,47	R$ 1.103.135,00
170	FOSAMAX D, 70MG/5600UI, COMPRIMIDO (01-65-0357)	UND	6.140	R$ 44,04	R$ 270.405,60
171	FOSTAIR HFI AEROSOL, 100/6MCG, 120 DOSES (01-65-0358)	UND	3.146	R$ 149,02	R$ 468.816,92
172	FRALDAS GERIÁTRICAS, MARCA BIGFRAL REGULAR TAMANHO M (01-65-1224)	UND	56.600	R$ 2,06	R$ 116.596,00
173	FRALDAS GERIÁTRICAS, MARCA BIGFRAL REGULAR TAMANHO G (01-65-1225)	UND	92.600	R$ 2,15	R$ 199.090,00
174	FRALDAS GERIÁTRICAS, MARCA BIGFRAL REGULARTAMANHO XG (01-65-1226)	UND	132.600	R$ 2,20	R$ 291.720,00
175	FRISIUM, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0359)	UND	12.760	R$ 0,99	R$ 12.632,40
176	FRONTAL, 1,0MG, COMPRIMIDO (01-65-0360)	UND	107.760	R$ 2,74	R$ 295.262,40
177	FRUTOVITAM, POLIVITAMÍNICO SEM MINERAIS, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10 ML (01-65-1227)	UND	13.524	R$ 6,69	R$ 90.475,56
178	GABANEURIN, 300MG, CÁPSULA (01-65-0909)	UND	111.560	R$ 5,40	R$ 602.424,00
179	GALVUS, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-0362)	UND	40.060	R$ 4,00	R$ 160.240,00
180	GALVUS MET, 50/500MG, COMPRIMIDO (01-65-0364)	UND	13.280	R$ 3,46	R$ 45.948,80
181	GALVUS MET, 50/850MG, COMPRIMIDO (01-65-0365)	UND	19.840	R$ 2,78	R$ 55.155,20
182	GALVUS MET, 50/1000MG, COMPRIMIDO (01-65-0363)	UND	19.300	R$ 3,42	R$ 66.006,00
183	GANFORT 0,3/0,5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML (01-65-1042)	UND	1.970	R$ 251,05	R$ 494.568,50
184	GARDENAL, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0910)	UND	198.000	R$ 0,50	R$ 99.000,00

185	GLIFAGE, 500MG, COMPRIMIDO (01-65-0368)	UND	66.260	R$ 0,54	R$ 35.780,40
186	GLIFAGE XR, 500 MG, COMPRIMIDO (01-65-0986)	UND	74.900	R$ 0,30	R$ 22.470,00
187	GLIFAGE XR, 750MG, COMPRIMIDO (01-65-0369)	UND	11.900	R$ 2,97	R$ 35.343,00
188	GLYXAMBI, 25/5MG, COMPRIMIDO (01-65-1054)	UND	7.060	R$ 11,40	R$ 80.484,00
189	HALDOL, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-0372)	UND	124.200	R$ 0,72	R$ 89.424,00
190	HIXIZINE, 25MG, COMPRIMIDO (01-65-0911)	UND	38.060	R$ 1,96	R$ 74.597,60
191	HUMIRA VIAL, 40MGM, SOLUÇÃO INJETAVEL, SERINGA (01-65-1228)	UND	404	R$ 2.258,15	R$ 912.292,60
192	HYABAK 0,15%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10ML	UND	11.502	R$ 71,79	R$ 825.728,58
193	IMPLANON NXT, 68MG, IMPLANTE (01-65-1229)	UND	4.130	R$ 992,26	R$ 4.098.033,80
194	INDAPEN SR 1,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0374)	UND	13.400	R$ 1,04	R$ 13.936,00
195	INSULINA APIDRA SOLOSTAR, 100UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA 3ML (01-65-0912)	UND	2.080	R$ 42,91	R$ 89.252,80
196	INSULINA NOVORAPID FLEX PEN, 100 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA 3 ML (01-65-0913)	UND	1.770	R$ 59,16	R$ 104.713,20
197	INSULINA BASAGLAR, 100UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA 3ML (01-65-1114)	UND	6.960	R$ 45,14	R$ 314.174,40
198	INSULINA LANTUS 100UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETAS 3ML (01-65-0376)	UND	2.460	R$ 86,74	R$ 213.380,40
199	INSULINA HUMALOG KWIKPEN 100UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA 3ML (01-65-0377)	UND	1.260	R$ 58,56	R$ 73.785,60
200	INSULINA TOUJEO 300 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA 1,5ML (01-65-0971)	UND	963	R$ 220,66	R$ 212.495,58
201	INSULINA TRESIBA 100UI/ML, SOLUÇÃO	UND	1.106	R$ 178,60	R$ 197.531,60

	INJETÁVEL, CANETA 3ML (01-65-0914)				
202	INSULINA XULTOPHY 100UI/ML/3,6MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA 3ML (01-65-0987)	UND	2.206	R$ 229,88	R$ 507.115,28
203	INSULINA HUMULIN 70/30 10ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 10ML (01-65-1230)	UND	1.206	R$ 65,42	R$ 78.896,52
204	INTHOS, 250MG, CÁPSULA (01-65-0915)	UND	5.250	R$ 3,11	R$ 16.327,50
205	INVEGA, 3MG, COMPRIMIDO (01-65-1231)	UND	5.250	R$ 19,50	R$ 102.375,00
206	INVEGA, 6MG, COMPRIMIDO (01-65-1232)	UND	4.250	R$ 38,89	R$ 165.282,50
207	INVOKANA, 300MG, COMPRIMIDO (01-65-0916)	UND	4.250	R$ 7,68	R$ 32.640,00
208	INZELM, 10MG, COMPRIMIDO	UND	5.760	R$ 7,89	R$ 45.446,40
209	INZELM, 20MG, COMPRIMIDO	UND	5.460	R$ 6,66	R$ 36.363,60
210	IMUNEN, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-1233)	UND	4.350	R$ 1,53	R$ 6.655,50
211	ISORDIL, 5 MG, COMPRIMIDO SUBLINGUAL (01-651234)	UND	86.340	R$ 0,35	R$ 30.219,00
212	ISORDIL, 10 MG, COMPRIMIDO (01-65-1235)	UND	11.060	R$ 0,57	R$ 6.304,20
213	ISOSOURCE 1.5 DIETA LIQUIDA ENTERAL HIPERCALÓRICA (01-65-0917)	UND	4.270	R$ 49,24	R$ 210.254,80
214	JANUMET, 50/500MG, COMPRIMIDO (01-65-0380)	UND	10.310	R$ 5,34	R$ 55.055,40
215	JANUMET, 50/1000MG, COMPRIMIDO (01-65-0379)	UND	15.460	R$ 5,92	R$ 91.523,20
216	JANUMET, 50/850MG, COMPRIMIDO (01-65-0381)	UND	15.460	R$ 4,27	R$ 66.014,20
217	JANUMET XR, 100/1000MG, COMPRIMIDO (01-65-0918)	UND	12.110	R$ 7,94	R$ 96.153,40
218	JANUVIA, 25MG, COMPRIMIDO	UND	9.050	R$ 2,74	R$ 24.797,00
219	JANUVIA, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-0919)	UND	9.050	R$ 5,52	R$ 49.956,00
220	JANUVIA, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-1236)	UND	7.050	R$ 12,69	R$ 89.464,50

221	JARDIANCE, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-1053)	UND	20.470	R$ 6,62	R$ 135.511,40
222	JARDIANCE, 25MG, COMPRIMIDO (01-65-0382)	UND	24.920	R$ 8,57	R$ 213.564,40
223	KANAKION MM, IV,SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML.	UND	800	R$ 2,50	R$ 2.000,00
224	KANGLI SORB – CURATIVO DE FIBRAS DE ALGINATO DE CÁLCIO	UND	1.220	R$ 13,13	R$ 16.018,60
225	KEYTRUDA, 100MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 4 ML (01-65-1237)	UND	8	R$ 19.168,86	R$ 153.350,88
226	KEPPRA 100MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 150 ML (01-65-1238)	UND	1.140	R$ 150,79	R$ 171.900,60
227	KEPPRA 250MG, COMPRIMIDO (01-65-1239)	UND	5.760	R$ 2,50	R$ 14.400,00
228	KEPPRA 500MG, COMPRIMIDO	UND	5.360	R$ 5,15	R$ 27.604,00
229	KOMBIGLYZE XR, 5/1000MG, COMPRIMIDO (01-65-0920)	UND	9.860	R$ 5,53	R$ 54.525,80
230	LABIRIN, 8MG, COMPRIMIDO (01-65-1240)	UND	41.510	R$ 1,10	R$ 45.661,00
231	LABIRIN, 24MG, COMPRIMIDO (01-65-0384)	UND	49.790	R$ 0,93	R$ 46.304,70
232	LACRIBELL, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 15 ML (01-65-1241)	UND	922	R$ 22,91	R$ 21.123,02
233	LACRIFILM, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 15 ML (01-65-1242)	UND	40.922	R$ 36,10	R$ 1.477.284,20
234	LACTOSIL, 10.000 FCC, COMPRIMIDO (01-65-0921)	UND	15.400	R$ 1,66	R$ 25.564,00
235	LAMICTAL, 200MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL (01-65-0385)	UND	5.760	R$ 19,31	R$ 111.225,60
236	LAMICTAL, 50MG, COMPRIMIDO DISPERSÍVEL (01-65-0922)	UND	5.760	R$ 3,78	R$ 21.772,80
237	LAMITOR CD, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0923)	UND	5.760	R$ 3,04	R$ 17.510,40
238	LAMITOR CD, 25MG, COMPRIMIDO (01-65-0924)	UND	5.760	R$ 1,38	R$ 7.948,80

239	LAMITOR CD, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-0925)	UND	5.760	R$ 1,99	R$ 11.462,40
240	LEPONEX, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0926)	UND	9.710	R$ 13,72	R$ 133.221,20
241	LEVOID, 150MCG, COMPRIMIDO (01-65-0391)	UND	14.560	R$ 0,81	R$ 11.793,60
242	LEXAPRO, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-1065)	UND	14.860	R$ 7,88	R$ 117.096,80
243	LEXAPRO, 15MG, COMPRIMIDO (01-65-0927)	UND	9.860	R$ 12,27	R$ 120.982,20
244	LIDOSPORIN, 12.000UI/45,4MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA, FRASCO 10 ML (01-65-1243)	UND	11.170	R$ 13,30	R$ 148.561,00
245	LIPANON, 250MG, CÁPSULA (01-65-0393)	UND	9.060	R$ 4,29	R$ 38.867,40
246	LIPITOR, 40MG, COMPRIMIDO (01-65-0394)	UND	7.610	R$ 10,14	R$ 77.165,40
247	LIPLESS, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0395)	UND	9.260	R$ 3,12	R$ 28.891,20
248	LIVALO, 2MG, COMPRIMIDO (01-65-0396)	UND	9.260	R$ 3,86	R$ 35.743,60
249	LOTAR, 2,5/50MG, CÁPSULA (01-65-0400)	UND	7.250	R$ 4,75	R$ 34.437,50
250	LOXONIN, 60MG, COMPRIMIDO (01-65-0401)	UND	7.400	R$ 2,65	R$ 19.610,00
251	MANIVASC, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-1244)	UND	8.750	R$ 5,53	R$ 48.387,50
252	MANTIDAN, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-1105)	UND	9.360	R$ 1,10	R$ 10.296,00
253	MAREVAN, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-0403)	UND	22.660	R$ 0,98	R$ 22.206,80
254	MAXIDEX, 1,0MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5ML (01-65-1245)	UND	82.460	R$ 9,09	R$ 749.561,40
255	MELOCOX, 15 MG, COMPRIMIDO (01-65-1246)	UND	51.960	R$ 4,43	R$ 230.182,80
256	MELOCOX, 7,5 MG, COMPRIMIDO (01-65-1247)	UND	48.010	R$ 2,19	R$ 105.141,90
257	MENELAT, 30MG, COMPRIMIDO (01-65-0405)	UND	8.060	R$ 7,16	R$ 57.709,60
258	MENELAT, 45MG, COMPRIMIDO (01-65-1109)	UND	6.060	R$ 7,20	R$ 43.632,00
259	MENOPRIN, 0,625MG, COMPRIMIDO (01-65-1248)	UND	5.910	R$ 1,53	R$ 9.042,30

260	MESACOL MMX, 1200MG, COMPRIMIDO (01-65-1249)	UND	5.610	R$ 12,04	R$ 67.544,40
261	METADOXIL, 500MG, COMPRIMIDO (01-65-0406)	UND	6.060	R$ 34,33	R$ 208.039,80
262	METICORTEN, 5MG, COMPRIMIDO	UND	19.650	R$ 1,71	R$ 33.601,50
263	MICARDIS HCT, 40/12,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0407)	UND	8.360	R$ 7,14	R$ 59.690,40
264	MICARDIS HCT, 80/12,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0408)	UND	8.360	R$ 6,58	R$ 55.008,80
265	MICARDIS HCT, 80/25MG, COMPRIMIDO (01-65-1107)	UND	7.760	R$ 5,78	R$ 44.852,80
266	MIFLONIDE, 400MCG, CÁPSULA C/ PÓ P/ INALAÇÃO (01-65-0930)	UND	5.250	R$ 1,43	R$ 7.507,50
267	MILGAMMA, 150MG, DRÁGEA (01-65-0409)	UND	5.760	R$ 2,69	R$ 15.494,40
268	MINILAX, BISNAGAS 6,5G, USO RETAL	UND	2.100	R$ 30,01	R$ 63.021,00
269	MIOCARDIL, 30MG, COMPRIMIDO (01-65-1250)	UND	5.610	R$ 1,28	R$ 7.180,80
270	MIONEVRIX 250 MG + 100 MG + 50 MG + 1000 MCG + 250 MG, COMPRIMIDO (01-65-0410)	UND	6.060	R$ 1,78	R$ 10.786,80
271	MIOSAN, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0412)	UND	20.610	R$ 2,03	R$ 41.838,30
272	MONOCORDIL, 50MG, CÁPSULA RETARD (01-65-1251)	UND	6.270	R$ 3,76	R$ 23.575,20
273	MONURIL 5,631G, PÓ GRANULADO, ENVELOPE 8G (01-65-1050)	UND	1.332	R$ 58,57	R$ 78.015,24
274	MOTORE, 250MG, CÁPSULA (01-65-0933)	UND	8.560	R$ 0,60	R$ 5.136,00
275	NAN AR, FÓRMULA INFANTIL ANTI-REGURGITAÇÃO 0 A 12 MESES, LATA DE 800 MG (01-65-1252)	UND	2.164	R$ 88,66	R$ 191.860,24
276	NAN 1, FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, 0 A 6 MESES, LATA DE 800 MG (01-65-1253)	UND	2.264	R$ 76,34	R$ 172.833,76
277	NAN 2, FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, 6 A 12	UND	2.264	R$ 75,79	R$ 171.588,56

	MESES, LATA DE 800 MG (01-65-1254)				
278	NAPRIX, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-0414)	UND	13.060	R$ 1,67	R$ 21.810,20
279	NAPRIX, 10 MG, COMPRIMIDO (01-65-0990)	UND	7.910	R$ 1,89	R$ 14.949,90
280	NAPRIX A, 5/5MG, COMPRIMIDO (01-65-0937)	UND	5.610	R$ 2,00	R$ 11.220,00
281	NAPRIX D, 5/12,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0415)	UND	5.760	R$ 2,24	R$ 12.902,40
282	NASONEX, 50MCG, SUSPENSÃO NASAL, FRASCO COM 120 DOSES (01-65-0416)	UND	8.486	R$ 61,31	R$ 520.276,66
283	NAUSEDRON, 8MG, COMPRIMIDO (01-65-0938)	UND	26.260	R$ 11,28	R$ 296.212,80
284	NEBIDO, 250MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 4ML (01-65-1118)	UND	333	R$ 631,11	R$ 210.159,63
285	NEBILET, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-0417)	UND	6.360	R$ 4,73	R$ 30.082,80
286	NESINA, 25MG, COMPRIMIDO (01-65-1255)	UND	12.860	R$ 4,71	R$ 60.570,60
287	NESINA MET, 12,5/ 850MG, COMPRIMIDO (01-65-1046)	UND	12.560	R$ 2,54	R$ 31.902,40
288	NESINA MET 12,5/1000MG, COMPRIMIDO (01-65-1256)	UND	12.560	R$ 2,62	R$ 32.907,20
289	NESINA PIO, 25 /30MG, COMPRIMIDO (01-65-1110)	UND	12.260	R$ 7,75	R$ 95.015,00
290	NESTOGENO 1, FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, 0 A 6 MESES, LATA 800G	UND	2.040	R$ 68,60	R$ 139.944,00
291	NESTOGENO 2, FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, 6 A 12 MESES, LATA 800G	UND	2.040	R$ 66,33	R$ 135.313,20
292	NEULEPTIL, 40MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 20ML (01-65-1062)	UND	2.904	R$ 25,52	R$ 74.110,08
293	NEULEPTIL, 10MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 20ML (01-65-1257)	UND	2.904	R$ 0,55	R$ 1.597,20
294	NEXIUM, 40MG, COMPRIMIDO (01-65-0419)	UND	7.760	R$ 12,32	R$ 95.603,20
295	NIMEGON MET, 50/850MG, COMPRIMIDO (01-65-0420)	UND	6.760	R$ 6,13	R$ 41.438,80

296	NIQUITIN, 7 MG, ADESIVO TRANSDÉRMICO (01-65-1258)	UND	3.844	R$ 103,52	R$ 397.930,88
297	NIQUITIN, 14 MG, ADESIVO TRANSDÉRMICO (01-65-1259)	UND	3.844	R$ 117,13	R$ 450.247,72
298	NIQUITIN, 21 MG, ADESIVO TRANSDÉRMICO (01-65-1260)	UND	3.844	R$ 113,95	R$ 438.023,80
299	NISULID, 100MG, COMPRIMIDO DISPERSÍVEL (01-65-0939)	UND	5.760	R$ 60,99	R$ 351.302,40
300	NITROP, 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML (01-65-1261)	UND	410	R$ 32,33	R$ 13.255,30
301	NOEX, 50MCG/DOSE, SUSPENSÃO EM APRAY, FRASCO C/ 200 DOSES (01-65-0423)	UND	1.956	R$ 57,68	R$ 112.822,08
302	NOOTROPIL, 800MG, COMPRIMIDO (01-65-1262)	UND	6.360	R$ 41,46	R$ 263.685,60
303	NOVAMIL RICE, FÓRMULA INFANTIL Á BASE DE ARROZ, LATA 400MG (01-65-1119)	UND	706	R$ 212,45	R$ 149.989,70
304	NOVANLO, 2,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0424)	UND	8.760	R$ 140,87	R$ 1.234.021,20
305	OCREVUS, 300MG, SOLUÇÃO P/DILUIÇÃO P/ INFUSÃO, FRASCO 10 ML (01-65-1263)	UND	57	R$ 47.238,52	R$ 2.692.595,64
306	OFTANE, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10ML	UND	630	R$ 58,60	R$ 36.918,00
307	OLMETEC HCT, 20/12,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0426)	UND	6.060	R$ 3,38	R$ 20.482,80
308	ONBRIZE, 150MCG, CÁPSULA PÓ P/ INALAÇÃO (01-65-0429)	UND	5.610	R$ 5,38	R$ 30.181,80
309	ONBRIZE, 300MCG, CÁPSULA PÓ P/ INALAÇÃO (01-65-0430)	UND	5.610	R$ 5,56	R$ 31.191,60
310	ONGLYZA, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-1061)	UND	6.210	R$ 5,16	R$ 32.043,60
311	OSCAL D, 500MG/400UI, COMPRIMIDO (01-65-0431)	UND	194.600	R$ 2,06	R$ 400.876,00
312	OSTEOBAN, 150MG, COMPRIMIDO (01-65-0432)	UND	3.764	R$ 96,30	R$ 362.473,20

313	OSTEONUTRI, 600MG/400UI, COMPRIMIDO (01-65-0940)	UND	8.660	R$ 2,68	R$ 23.208,80
314	OTOSPORIN, 10MG/5MG/10000UI/ML, SUSPENSÃO OTOLÓGICA, FRASCO 10 ML (01-65-1264)	UND	11.074	R$ 14,70	R$ 162.787,80
315	OTOCIRIAX, 2/10MG/ML, SUSPENSÃO OTOLÓGICA, FRASCO 5 ML (01-65-1265)	UND	21.262	R$ 38,07	R$ 809.444,34
316	ÔMEGA 3, 1000MG, CÁPSULA	UND	12.260	R$ 0,30	R$ 3.678,00
317	OXINEST, 4MG/ML, FRASCO 10 ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	UND	4.474	R$ 30,13	R$ 134.801,62
318	OXIMAX, 400MCG, CÁPSULA INALATÓRIA (01-65-0434)	UND	5.262	R$ 2,51	R$ 13.207,62
319	PALEXIS LP, 50MG, COMPRIMIDO	UND	5.610	R$ 3,08	R$ 17.278,80
320	PALEXIS LP, 100MG, COMPRIMIDO	UND	5.610	R$ 6,23	R$ 34.950,30
321	PALEXIS LP, 200MG, COMPRIMIDO	UND	5.610	R$ 9,44	R$ 52.958,40
322	PANTOCAL, 20MG, COMPRIMIDO (01-65-0941)	UND	8.060	R$ 2,12	R$ 17.087,20
323	PANTOCAL, 40MG, COMPRIMIDO (01-65-0942)	UND	111.084	R$ 3,19	R$ 354.357,96
324	PERIDAL, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0437)	UND	106.060	R$ 0,94	R$ 99.696,40
325	PERMEAR, 300MG, COMPRIMIDO (01-65-0944)	UND	5.760	R$ 7,36	R$ 42.393,60
326	PERMESE, 5/ 2MG/ML, SUSPENSÃO INJETÁVEL (01-65-1120)	UND	9.712	R$ 28,95	R$ 281.162,40
327	PHOSFOENEMA, 160MG/60MG/ML, ENEMA, FRASCO 130 ML (01-65-1266)	UND	15.946	R$ 13,52	R$ 215.589,92
328	PLAGREL, 75MG, COMPRIMIDO (01-65-1121)	UND	16.770	R$ 1,98	R$ 33.204,60
329	PLENANCE, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-1063)	UND	8.420	R$ 1,27	R$ 10.693,40
330	PICOPREP, 10MG/3,5G/12G, PÓ P/ SOLUÇÃO (01-65-1267)	UND	710	R$ 46,01	R$ 32.667,10

331	PIELSANA ÓLEO SACHET - GAZE DE RAYON EMBEBIDA EM ÓLEO A BASE DE A.G.E (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS), T.C.M (TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA), VITAMINAS "A" E "E", ÓLEOS DE COPAÍBA E MELALEUCA - SACHET 7,5CM X 7,5 CM - CAIXAS COM 24 UNIDADES. COMPOSIÇÃO: ÓLEO DE GIRASSOL, TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE CAPAÍBA, ÓLEO DE MELALEUCA, LECITINA DE SOJA, VITAMINA A E VITAMINA E.	UND	1.770	R$ 122,52	R$ 216.860,40
332	PONDERA, 20MG, COMPRIMIDO (01-65-1268)	UND	17.620	R$ 6,41	R$ 112.944,20
333	PRADAXA, 110MG, CÁPSULA (01-65-0945)	UND	19.620	R$ 5,86	R$ 114.973,20
334	PRADAXA, 150MG, CÁPSULA (01-65-0441)	UND	20.620	R$ 5,91	R$ 121.864,20
335	PREBICTAL, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-1060)	UND	109.320	R$ 5,18	R$ 566.277,60
336	PREBICTAL, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-0946)	UND	113.820	R$ 1,89	R$ 215.119,80
337	PREBICTAL, 75MG, COMPRIMIDO (01-65-0947)	UND	106.120	R$ 3,27	R$ 347.012,40
338	PROCORALAN, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-1269)	UND	5.610	R$ 2,64	R$ 14.810,40
339	PROCTYL, 50MG/10MG/G, POMADA RETAL, BISNAGA 30G + 10 APLICADORES (01-65-1270)	UND	5.330	R$ 104,08	R$ 554.746,40
340	PROLEPTOL, 75MG, CÁPSULA (01-65-0949)	UND	8.900	R$ 2,79	R$ 24.831,00
341	PROLOPA, 200/50MG, COMPRIMIDO (01-65-0444)	UND	50.260	R$ 2,98	R$ 149.774,80
342	PROLOPA HBS, 100/25MG, CÁPSULA (01-65-1271)	UND	32.460	R$ 2,13	R$ 69.139,80
343	PROSSO, 250 MG/2,5MCG, COMPRIMIDO (01-65-0877)	UND	13.060	R$ 4,83	R$ 63.079,80

344	PURAN T4, 100MCG, COMPRIMIDO (01-65-1124)	UND	213.560	R$ 0,43	R$ 91.830,80
345	PURAN T4, 137MCG, COMPRIMIDO	UND	7.760	R$ 0,66	R$ 5.121,60
346	PURAN T4, 88MCG, COMPRIMIDO	UND	6.760	R$ 0,71	R$ 4.799,60
347	PYLORIPAC, 30/500/500MG, COMPRIMIDO, CAIXA COM 07 BLISTERS (01-65-0996)	UND	5.139	R$ 7,13	R$ 36.641,07
348	PYLORIPAC IBP, 30/500/500MG, COMPRIMIDO, CAIXA COM 07 BLISTERS (01-65-0997)	UND	7.239	R$ 15,76	R$ 114.086,64
349	QUEROPAX, 25MG, COMPRIMIDO (01-65-0951)	UND	24.260	R$ 3,85	R$ 93.401,00
350	QUEROPAX, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0950)	UND	18.760	R$ 6,68	R$ 125.316,80
351	QUEROPAX, 200MG, COMPRIMIDO (01-65-0952)	UND	17.610	R$ 28,56	R$ 502.941,60
352	QUEROPAX 300, MG, COMPRIMIDO (01-65-0994)	UND	17.110	R$ 46,90	R$ 802.459,00
353	QUEPSIA LP, 300MG, COMPRIMIDO (01-65-1274)	UND	7.510	R$ 14,24	R$ 106.942,40
354	RAZAPINA, 15MG, COMPRIMIDO (01-65-0953)	UND	11.910	R$ 2,19	R$ 26.082,90
355	RAZAPINA, 45MG, COMPRIMIDO (01-65-1275)	UND	11.910	R$ 6,65	R$ 79.201,50
356	RAZAPINA ODT, 30MG, COMPRIMIDO (01-65-0954)	UND	12.910	R$ 4,71	R$ 60.806,10
357	RECONTER, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0450)	UND	14.260	R$ 1,71	R$ 24.384,60
358	REGENCEL, 10.000UI/25MG/5MG/5MG/G, POMADA OFTÁLMICA, BISNAGA 3,5G (01-65-1276)	UND	10.866	R$ 13,56	R$ 147.342,96
359	RELESTAT, 0,5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10ML (01-65-0451)	UND	802	R$ 85,89	R$ 68.883,78
360	RELVAR ELLIPTA, 200/25MCG, PÓ INALANTE (01-65-0452)	UND	2.284	R$ 157,46	R$ 359.638,64
361	REMERON SOLTAB, 30MG, COMPRIMIDO (01-65-0955)	UND	5.610	R$ 9,73	R$ 54.585,30
362	RENAGEL, 800 MG, COMPRIMIDO (01-65-1277)	UND	8.990	R$ 9,90	R$ 89.001,00

363	REUQUINOL, 400MG, COMPRIMIDO (01-65-0454)	UND	8.960	R$ 2,68	R$ 24.012,80
364	REXULTI, 0,5MG, COMPRIMIDO (01-65-1064)	UND	8.360	R$ 7,09	R$ 59.272,40
365	RISEDROSS, 35MG, COMPRIMIDO (01-65-0455)	UND	7.350	R$ 40,97	R$ 301.129,50
366	RISEDROSS, 150MG, COMPRIMIDO (01-65-0956)	UND	8.920	R$ 86,68	R$ 773.185,60
367	RITALINA, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0957)	UND	122.140	R$ 1,55	R$ 189.317,00
368	RITALINA LA, 10 MG, CÁPSULA (01-65-1009)	UND	19.040	R$ 3,92	R$ 74.636,80
369	RIVOTRIL, 0,25MG, COMPRIMIDO SUBLINGUAL (01-65-1278)	UND	59.960	R$ 8,42	R$ 504.863,20
370	RIVOTRIL, 0,5MG, COMPRIMIDO (01-65-1059)	UND	61.460	R$ 0,58	R$ 35.646,80
371	RIVOTRIL, 2MG, COMPRIMIDO (01-65-1279)	UND	60.360	R$ 1,16	R$ 70.017,60
372	ROVAMICINA, 1,5MUI, COMPRIMIDO (01-65-1280)	UND	7.550	R$ 4,78	R$ 36.089,00
373	RUSOVAS, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0960)	UND	69.620	R$ 1,63	R$ 113.480,60
374	RUSOVAS, 20MG, COMPRIMIDO (01-65-1125)	UND	69.620	R$ 6,74	R$ 469.238,80
375	RUSOVAS, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-0961)	UND	5.970	R$ 6,56	R$ 39.163,20
376	SABRIL, 500MG, COMPRIMIDO (01-65-0962)	UND	6.270	R$ 6,87	R$ 43.074,90
377	SAF GEL, GEL CICATRIZANTE, BISNAGA 85G (01-65-1281)	UND	1.224	R$ 51,80	R$ 63.403,20
378	SEEBRI, 50MCG, CÁPSULA C/ PÓ P/ INALAÇÃO (01-65-0461)	UND	1.722	R$ 8,65	R$ 14.895,30
379	SELOZOK, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0462)	UND	114.130	R$ 3,81	R$ 434.835,30
380	SELOZOK, 25MG, COMPRIMIDO (01-65-0463)	UND	131.220	R$ 1,14	R$ 149.590,80
381	SELOZOK, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-0464)	UND	146.220	R$ 2,20	R$ 321.684,00
382	SERETIDE SPRAY, 25/125MCG, SUSPENSÃO AEROSSOL, FRASCO 120 DOSES (01-65-0465)	UND	1.694	R$ 149,18	R$ 252.710,92

383	SERETIDE SPRAY, 25/250MCG, SUSPENSÃO AEROSSOL, FRASCO 120 DOSES (01-65-0466)	UND	1.694	R$ 142,81	R$ 241.920,14
384	SERETIDE DISKUS, 50/250MCG, PÓ P/ INALAÇÃO, FRASCO 60 DOSES (01-65-0467)	UND	844	R$ 141,45	R$ 119.383,80
385	SERETIDE DISKUS, 50/500MCG, PÓ P/ INALAÇÃO, FRASCO 60 DOSES (01-65-0964)	UND	1.034	R$ 240,94	R$ 249.131,96
386	SEROQUEL, 25MG, COMPRIMIDO (01-65-0470)	UND	7.760	R$ 6,30	R$ 48.888,00
387	SEROQUEL, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0965)	UND	5.550	R$ 27,56	R$ 152.958,00
388	SEROQUEL, 200MG, COMPRIMIDO (01-65-0469)	UND	5.550	R$ 31,99	R$ 177.544,50
389	SEROQUEL XRO, 300MG, COMPRIMIDO (01-65-0472)	UND	5.550	R$ 28,04	R$ 155.622,00
390	SEROQUEL XRO, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-0966)	UND	6.810	R$ 8,52	R$ 58.021,20
391	SIFROL, 0,125MG, COMPRIMIDO (01-65-0475)	UND	5.550	R$ 2,27	R$ 12.598,50
392	SIFROL, 0,25MG, COMPRIMIDO (01-65-0476)	UND	5.550	R$ 4,93	R$ 27.361,50
393	SIFROL, 1MG, COMPRIMIDO (01-65-0477)	UND	5.550	R$ 0,45	R$ 2.497,50
394	SIFROL ER, 0,75MG, COMPRIMIDO (01-65-1282)	UND	5.550	R$ 8,87	R$ 49.228,50
395	SOMALGIN CARDIO, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0480)	UND	10.060	R$ 0,55	R$ 5.533,00
396	SOMALGIN CARDIO, 325MG, COMPRIMIDO (01-65-0479)	UND	5.610	R$ 1,32	R$ 7.405,20
397	SOMALGIN CARDIO, 81MG, COMPRIMIDO (01-65-0481)	UND	9.260	R$ 0,37	R$ 3.426,20
398	SPIOLTO, 2,5/2,5 MCG, SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO, FRASCO 60 DOSES (01-65-1283)	UND	1.114	R$ 299,30	R$ 333.420,20
399	SPIRIVA RESPIMAT, 2,5MCG, SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO, FRASCO 60 DOSES (01-65-0483)	UND	2.144	R$ 379,47	R$ 813.583,68

400	STANGLIT, 30MG, COMPRIMIDO (01-65-1126)	UND	6.660	R$ 4,14	R$ 27.572,40
401	STELARA, 130MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA PREENCHIDA (01-65-1127)	UND	4	R$ 40.509,74	R$ 162.038,96
402	STELARA, 90MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA PREENCHIDA (01-65-1128)	UND	6	R$ 36.373,88	R$ 218.243,28
403	SUSTRATE, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0484)	UND	25.600	R$ 0,67	R$ 17.152,00
404	SYMBICORT TURBUHALER, 12/400MCG, PÓ P/ INALAÇÃO (01-65-1058)	UND	777	R$ 180,49	R$ 140.240,73
405	SYMBICORT SPRAY, 6/200MCG, SUSPENSÃO AEROSSOL (01-65-1028)	UND	2.977	R$ 144,64	R$ 430.593,28
406	SYNTHROID, 137MCG, COMPRIMIDO (01-65-0485)	UND	5.760	R$ 1,65	R$ 9.504,00
407	SYNTHROID, 88MCG, COMPRIMIDO	UND	7.760	R$ 1,53	R$ 11.872,80
408	SYNVISC ONE, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 6ML (01-65-1047)	UND	93	R$ 2.979,90	R$ 277.130,70
409	SYSTANE, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10ML (01-65-0486)	UND	642	R$ 65,09	R$ 41.787,78
410	TANDRILAX, 30/125/50/300MG, COMPRIMIDO (01-65-0487)	UND	13.000	R$ 1,09	R$ 14.170,00
411	TAPAZOL, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0488)	UND	14.260	R$ 0,63	R$ 8.983,80
412	TECNOMET, 2,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0968)	UND	14.560	R$ 1,76	R$ 25.625,60
413	TECTA, 40MG, COMPRIMIDO (01-65-0490)	UND	9.620	R$ 15,80	R$ 151.996,00
414	TEGRETOL CR, 200MG, COMPRIMIDO (01-65-1055)	UND	14.260	R$ 1,21	R$ 17.254,60
415	TEGRETOL CR, 400MG, COMPRIMIDO (01-65-0491)	UND	13.260	R$ 3,37	R$ 44.686,20
416	TEOLONG, 200MG, CÁPSULA (01-65-0492)	UND	5.400	R$ 1,20	R$ 6.480,00
417	TIRAS MEDIDORAS DE GLICOSE, MARCA ACCU CHECK ACTIVE, CAIXA C/ 50 TIRAS (01-65-0970)	UND	607.600	R$ 1,00	R$ 607.600,00

418	TOLREST, 75MG, COMPRIMIDO (01-65-0972)	UND	9.110	R$ 12,50	R$ 113.875,00
419	TOPAMAX, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0973)	UND	114.110	R$ 0,18	R$ 20.539,80
420	TOPAMAX, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-0974)	UND	112.110	R$ 5,76	R$ 645.753,60
421	TORVAL CR, 500MG, COMPRIMIDO (01-65-0975)	UND	9.860	R$ 2,18	R$ 21.494,80
422	TORVAL CR, 300MG, COMPRIMIDO (01-65-0976)	UND	12.260	R$ 1,52	R$ 18.635,20
423	TRAMAL, 50MG, CÁPSULA (01-65-0497)	UND	34.560	R$ 6,91	R$ 238.809,60
424	TRAYENTA, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-0500)	UND	5.760	R$ 8,70	R$ 50.112,00
425	TRAYENTA DUO, 2,5/1000MG, COMPRIMIDO (01-65-0498)	UND	5.820	R$ 3,98	R$ 23.163,60
426	TRAYENTA DUO, 2,5/850MG, COMPRIMIDO (01-65-0499)	UND	3.600	R$ 4,29	R$ 15.444,00
427	TRELEGY, 100/ 62,5/25MCG, PÓ P/ INALAÇÃO, 30 DOSES (01-65-1129)	UND	750	R$ 297,58	R$ 223.185,00
428	TREZETE, 10/10MG, COMPRIMIDO (01-65-1068)	UND	16.960	R$ 2,29	R$ 38.838,40
429	TREZETE, 20/10MG, COMPRIMIDO	UND	20.460	R$ 3,82	R$ 78.157,20
430	TRILEPTAL, 600MG, COMPRIMIDO (01-65-0501)	UND	5.610	R$ 6,14	R$ 34.445,40
431	TRILEPTAL, 60MG/ML, SUSPENSÃO ORAL (01-65-1284)	UND	1.370	R$ 82,34	R$ 112.805,80
432	ULTIBRO, 110/50MCG, CÁPSULA C/ PÓ P/ INALAÇÃO (01-65-0503)	UND	2.201	R$ 10,47	R$ 23.044,47
433	ULTRACET, 325/37,5MG, COMPRIMIDO (01-65-0504)	UND	6.610	R$ 5,95	R$ 39.329,50
434	UNINALTREX, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-1285)	UND	11.360	R$ 5,33	R$ 60.548,80
435	UNIZINCO, 17,60MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 100ML (01-65-1286)	UND	6.050	R$ 30,51	R$ 184.585,50
436	UNIZINCO, 20MG, COMPRIMIDO (01-65-1287)	UND	9.300	R$ 2,76	R$ 25.668,00
437	URBANIL, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-1288)	UND	5.760	R$ 1,00	R$ 5.760,00

438	URBANIL, 20MG, COMPRIMIDO (01-65-1289)	UND	12.260	R$ 1,50	R$ 18.390,00
439	VASOPRIL, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0977)	UND	380.960	R$ 0,67	R$ 255.243,20
440	VASTAREL MR, 35MG, COMPRIMIDO (01-65-0505)	UND	5.760	R$ 2,60	R$ 14.976,00
441	VASTAREL MR, 80MG, COMPRIMIDO	UND	9.110	R$ 4,82	R$ 43.910,20
442	VATIS, 150 MG, COMPRIMIDO (01-65-1290)	UND	9.110	R$ 1,22	R$ 11.114,20
443	VELIJA, 30MG, CÁPSULA (01-65-0506)	UND	28.620	R$ 2,10	R$ 60.102,00
444	VELIJA, 60MG, CÁPSULA (01-65-0507)	UND	23.320	R$ 4,71	R$ 109.837,20
445	VENALOT CREME, FRASCO 240 ML (01-65-0978)	UND	1.122	R$ 85,16	R$ 95.549,52
446	VENLIFT OD, 150MG, CÁPSULA (01-65-1052)	UND	8.960	R$ 97,51	R$ 873.689,60
447	VENLIFT OD, 75MG, CÁPSULA (01-65-1051)	UND	8.960	R$ 7,97	R$ 71.411,20
448	VENVANSE, 30MG, CÁPSULA (01-65-1291)	UND	13.360	R$ 14,33	R$ 191.448,80
449	VENZER HCT, 16 /12,5MG, CÁPSULA (01-65-1122)	UND	106.060	R$ 2,90	R$ 307.574,00
450	VERTIZINE D, 3/10MG, COMPRIMIDO (01-65-0510)	UND	5.610	R$ 4,40	R$ 24.684,00
451	VICTOZA, 6,0MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, CANETA 3ML (01-65-0979)	UND	1.410	R$ 556,59	R$ 784.791,90
452	VIMPAT, 50MG, COMPRIMIDO (01-65-0980)	UND	6.660	R$ 5,29	R$ 35.231,40
453	VITALUX PLUS ÔMEGA 3, CÁPSULA (01-65-0512)	UND	7.250	R$ 3,55	R$ 25.737,50
454	VITA E, 400MG, CÁPSULA (01-65-1292)	UND	10.400	R$ 1,54	R$ 16.016,00
455	VYTORIN, 10/20MG, COMPRIMIDO (01-65-0514)	UND	8.360	R$ 4,91	R$ 41.047,60
456	WELLBUTRIN XL, 150MG, COMPRIMIDO (01-65-0515)	UND	7.610	R$ 5,73	R$ 43.605,30
457	WELLBUTRIN XL, 300MG, COMPRIMIDO (01-65-0516)	UND	5.610	R$ 7,11	R$ 39.887,10
458	XALATAN, 50MCG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 2,5ML (01-65-1293)	UND	1.503	R$ 179,35	R$ 269.563,05
459	XARELTO, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-1057)	UND	20.460	R$ 10,01	R$ 204.804,60

460	XARELTO, 15MG, COMPRIMIDO (01-65-0517)	UND	21.060	R$ 11,67	R$ 245.770,20
461	XARELTO, 20MG, COMPRIMIDO (01-65-0518)	UND	25.320	R$ 11,84	R$ 299.788,80
462	XIGDUO XR, 10/1000MG, COMPRIMIDO (01-65-0519)	UND	27.300	R$ 8,26	R$ 225.498,00
463	XIGDUO XR, 5/1000MG, COMPRIMIDO (01-65-0520)	UND	34.400	R$ 3,08	R$ 105.952,00
464	ZANIDIP, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0521)	UND	12.260	R$ 7,11	R$ 87.168,60
465	ZINPASS EZE, 10/10MG, COMPRIMIDO (01-65-1294)	UND	18.360	R$ 2,60	R$ 47.736,00
466	ZODEL, 100MG, COMPRIMIDO (01-65-0981)	UND	5.760	R$ 5,89	R$ 33.926,40
467	ZOLADEX, 3,6MG, DEPOT, SERINGA PREENCHIDA (01-65-1295)	UND	11	R$ 869,34	R$ 9.562,74
468	ZOMETA, 4MG, FRASCO 100 ML, SOLUÇÃO P/ INFUSÃO (01-65-0982)	UND	402	R$ 1.811,13	R$ 728.074,26
469	ZYPREXA, 10MG, COMPRIMIDO (01-65-0523)	UND	6.550	R$ 48,55	R$ 318.002,50
470	ZYPREXA, 5MG, COMPRIMIDO (01-65-0524)	UND	7.550	R$ 22,30	R$ 168.365,00

2. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a aquisição de medicamentos éticos destinados ao atendimento de demandas judiciais dos municípios consorciados ao CONDESUS, com a finalidade de assegurar o fornecimento adequado e tempestivo dos medicamentos determinados judicialmente, garantindo o cumprimento das obrigações impostas à Administração Pública e, sobretudo, a efetividade do direito fundamental à saúde.

A necessidade decorre da existência de demandas judiciais que determinam aos municípios o fornecimento de medicamentos específicos a pacientes que deles necessitam, conforme prescrições e indicações médicas. Tais demandas possuem caráter individualizado e, em muitos casos, envolvem medicamentos indispensáveis à continuidade de tratamentos, de modo que eventual indisponibilidade ou atraso no

fornecimento poderá comprometer a eficácia terapêutica, agravar o quadro clínico dos pacientes e ocasionar prejuízos à sua saúde e qualidade de vida.

Nesse contexto, mostra-se necessária a adoção de providências destinadas a assegurar a disponibilidade dos medicamentos éticos objeto da contratação, de forma a possibilitar o atendimento das determinações judiciais dentro dos prazos estabelecidos e evitar situações de desabastecimento que possam resultar em interrupções ou descontinuidade dos tratamentos prescritos.

A aquisição de forma compartilhada entre os municípios consorciados ao CONDESUS também se mostra adequada ao interesse público, na medida em que permite o planejamento conjunto das necessidades, a racionalização dos procedimentos administrativos e a conjugação das demandas dos entes participantes, favorecendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos e melhores condições para o atendimento das necessidades identificadas.

Ressalta-se, ainda, que os medicamentos a serem adquiridos deverão atender às exigências sanitárias e regulatórias aplicáveis, observando-se os requisitos necessários à garantia de sua procedência, qualidade, segurança e eficácia, considerando a natureza essencial dos produtos e sua destinação direta ao atendimento de pacientes.

Assim, a contratação mostra-se necessária para assegurar o cumprimento das decisões judiciais e a continuidade dos tratamentos de saúde dos pacientes abrangidos pelas demandas dos municípios consorciados, contribuindo para a preservação da saúde e da qualidade de vida dos beneficiários e para o adequado cumprimento das obrigações atribuídas à Administração Pública, em observância aos princípios do interesse público, planejamento, eficiência, economicidade e continuidade da assistência à saúde.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem fundamento no Termo de Formalização de Demanda n° 03/2026, o qual juntamente com o Estudo Técnico Preliminar nº 31/2026,

são parte integrante desse processo de contratação.

3.2. Os materiais adquiridos, os quais serão utilizados pelas Secretarias Municipais de Saúde de todos os municípios consorciados, têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. Considerando a natureza do objeto, a destinação dos medicamentos ao atendimento de demandas judiciais, a essencialidade dos produtos e a necessidade de assegurar a continuidade e a segurança dos tratamentos prescritos, a contratação deverá observar os seguintes requisitos:

1. Dos medicamentos a serem fornecidos

1.1. Os medicamentos deverão corresponder necessariamente aos medicamentos éticos expressamente indicados na relação de itens da contratação, observando-se integralmente o princípio ativo, concentração, forma farmacêutica, apresentação, quantidade e demais características estabelecidas para cada item.

1.2. Não serão aceitos medicamentos genéricos ou similares em substituição aos medicamentos éticos indicados, ainda que apresentem o mesmo princípio ativo, concentração ou equivalência terapêutica.

1.3. As licitantes deverão cotar e fornecer exatamente o medicamento ético especificado para cada item, tendo em vista a finalidade específica da contratação, destinada ao atendimento de demandas judiciais individualizadas e ao cumprimento das respectivas prescrições e determinações judiciais.

2. Da regularidade sanitária dos medicamentos

2.1. Os medicamentos deverão estar regularmente registrados, notificados ou autorizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme a natureza e o regime sanitário aplicável a cada produto, atendendo integralmente à legislação sanitária vigente.

2.2. Os medicamentos deverão ser entregues em suas embalagens originais, íntegras

e lacradas, contendo identificação adequada, lote, prazo de validade, fabricante, registro sanitário e demais informações exigidas pela legislação aplicável.

2.3. Não serão admitidos produtos com sinais de violação, deterioração, adulteração ou quaisquer condições que possam comprometer sua qualidade, segurança ou eficácia.

3. Do prazo de validade

3.1. Os medicamentos deverão possuir validade mínima de 18 (dezoito) meses, contados da efetiva data de sua entrega.

3.2. Caso a empresa vencedora entregue medicamento com prazo de validade inferior ao período mínimo estabelecido, deverá encaminhar, juntamente com o produto, Termo de Compromisso de Substituição, responsabilizando-se pela troca do medicamento caso este venha a vencer antes de completado o prazo de 18 (dezoito) meses contados da data de sua efetiva entrega.

3.3. A eventual substituição deverá ocorrer sem qualquer ônus para a Administração, assegurando-se a continuidade do fornecimento e do tratamento do paciente beneficiário.

4. Da documentação e comprovação de qualidade dos produtos

4.1. Os medicamentos deverão ser entregues acompanhados da respectiva nota fiscal de procedência, contendo as informações necessárias à identificação do produto, fabricante e lote.

4.2. Os medicamentos deverão ser acompanhados dos laudos de qualidade pertinentes, quando exigíveis ou aplicáveis ao produto fornecido, possibilitando a adequada conferência de sua procedência, qualidade e conformidade com as especificações estabelecidas na contratação.

5. Da regularidade sanitária das licitantes

5.1. As empresas interessadas deverão comprovar que se encontram regularmente constituídas e autorizadas a exercer atividades relacionadas à comercialização,

distribuição e/ou fornecimento de medicamentos.

5.2. Deverá ser exigida a apresentação de Alvará ou Licença Sanitária vigente, expedido pelo órgão competente, compatível com as atividades desenvolvidas pela empresa e com o objeto da contratação.

5.3. Deverá ser exigida a comprovação de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela ANVISA, para as atividades relacionadas a medicamentos, quando legalmente exigível.

5.4. Quando aplicável em razão da natureza dos produtos a serem fornecidos, deverá ser apresentada também a correspondente autorização específica para medicamentos sujeitos a controle especial, observada a regulamentação sanitária vigente.

5.5. A documentação sanitária apresentada deverá guardar pertinência com as atividades efetivamente desempenhadas pela licitante e com os produtos objeto da contratação.

6. Das condições de armazenamento, conservação e transporte

6.1. Durante toda a execução contratual, deverão ser observadas as normas sanitárias aplicáveis ao armazenamento, acondicionamento, conservação, transporte e entrega dos medicamentos.

6.2. Os medicamentos deverão ser transportados e entregues em condições adequadas de higiene, temperatura, acondicionamento e proteção contra fatores que possam comprometer sua integridade.

6.3. Deverão ser observadas, quando aplicáveis, as condições específicas de conservação indicadas pelo fabricante e pela legislação sanitária vigente.

7. Da capacidade técnica

7.1. Considerando a natureza essencial dos medicamentos, a relevância dos produtos para a continuidade dos tratamentos e os riscos decorrentes de eventual inexecução ou fornecimento inadequado, deverá ser exigida das licitantes a comprovação de

capacidade técnico-operacional compatível com o objeto da contratação.

7.2. A comprovação deverá ocorrer mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução anterior de fornecimento de medicamentos.

7.3. A exigência de capacidade técnica deverá abranger todos os itens que compõem a contratação, não se limitando a determinado lote, grupo ou parcela do objeto.

7.4. Dessa forma, a licitante deverá demonstrar experiência compatível com o fornecimento dos medicamentos correspondentes aos itens para os quais pretende apresentar proposta.

7.5. A exigência justifica-se pela necessidade de reduzir os riscos de inexecução contratual, especialmente diante da natureza essencial dos medicamentos e da circunstância de que seu fornecimento está relacionado ao cumprimento de demandas judiciais, buscando assegurar que os fornecedores disponham de experiência anterior suficiente para realizar o fornecimento de forma regular e adequada.

8. Da formação dos preços e aplicação de benefícios fiscais e descontos

8.1. As propostas apresentadas pelas licitantes deverão considerar, na formação dos preços ofertados, todas as isenções, reduções, desonerações e demais benefícios fiscais eventualmente aplicáveis à aquisição de medicamentos destinados ao atendimento de demandas judiciais, observada a legislação tributária vigente.

8.2. Deverão também ser considerados os descontos legalmente aplicáveis ao fornecimento de medicamentos para atendimento de demandas judiciais, inclusive aqueles decorrentes de normas específicas, políticas de preços, acordos ou demais mecanismos de regulação e controle de preços de medicamentos aplicáveis à contratação.

8.3. Os preços ofertados deverão refletir os valores efetivamente aplicáveis à operação, considerando os benefícios fiscais e descontos incidentes, não sendo admitida a apresentação de valores que desconsiderem tais vantagens, com posterior

pretensão de repasse ou compensação à Administração.

8.4. O requisito tem por finalidade assegurar que os preços propostos reflitam o menor custo possível para a Administração, promovendo a economicidade da contratação e evitando a incorporação indevida de benefícios fiscais ou comerciais aos preços ofertados.

9. Das condições gerais de fornecimento

9.1. Os medicamentos deverão ser fornecidos em estrita conformidade com as especificações constantes da contratação e da respectiva proposta.

9.2. Caberá à contratada assegurar a qualidade, procedência, integridade e regularidade sanitária dos produtos durante todas as etapas sob sua responsabilidade.

9.3. Os medicamentos entregues em desacordo com as especificações, com avarias, irregularidades, vícios, alterações de suas características, prazo de validade inadequado ou quaisquer condições que os tornem impróprios ou incompatíveis com o objeto deverão ser substituídos pela contratada, sem qualquer ônus para a Administração, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

9.4. Todos os requisitos estabelecidos deverão ser observados de forma compatível com a natureza do objeto, destinando-se a assegurar o fornecimento de medicamentos éticos adequados ao atendimento das demandas judiciais, bem como a reduzir os riscos relacionados à qualidade dos produtos, à regularidade sanitária, à inexecução contratual e à descontinuidade dos tratamentos.

3.4. O prazo de validade da presente contratação será de 12 (doze) meses.

4. DA APRESENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução a ser adotada consiste na realização de licitação compartilhada, mediante pregão eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP, destinada à aquisição de medicamentos éticos para atendimento das demandas judiciais dos municípios consorciados ao CONDESUS.

A adoção da contratação compartilhada mostra-se adequada por possibilitar a consolidação das necessidades dos municípios participantes em um único procedimento, promovendo a racionalização dos atos administrativos, a redução da duplicidade de procedimentos e dos custos operacionais, bem como o aproveitamento das vantagens decorrentes da agregação das demandas, com potencial ampliação da competitividade e obtenção de condições comerciais mais vantajosas para a Administração.

O pregão eletrônico mostra-se compatível com a natureza do objeto, considerando que os medicamentos possuem características e padrões de qualidade objetivamente definidos nas especificações da contratação e usualmente encontrados no mercado, ao mesmo tempo em que a forma eletrônica contribui para ampliar a participação de fornecedores, conferir transparência ao procedimento e favorecer a seleção da proposta mais vantajosa.

Por sua vez, a utilização do Sistema de Registro de Preços revela-se adequada diante da natureza das demandas judiciais, que podem apresentar variações quanto aos medicamentos necessários, quantitativos e momento de atendimento, permitindo que as aquisições sejam realizadas de acordo com as necessidades efetivamente verificadas pelos municípios participantes, evitando a formação de estoques desnecessários e proporcionando maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

A solução deverá contemplar os medicamentos éticos expressamente indicados na relação de itens, não sendo admitida a substituição dos produtos por medicamentos genéricos ou similares, considerando a necessidade de atendimento específico das demandas judiciais e de observância das prescrições e determinações que fundamentam o fornecimento.

Os fornecedores deverão atender integralmente aos requisitos sanitários, técnicos e de habilitação estabelecidos para a contratação, incluindo a comprovação de regularidade perante os órgãos competentes, apresentação da documentação sanitária aplicável, observância das condições de armazenamento, conservação,

transporte e entrega, bem como comprovação de capacidade técnico-operacional compatível com o objeto.

A exigência de atestado de capacidade técnica deverá abranger todos os itens da contratação, de modo a assegurar que os fornecedores possuam experiência compatível com os produtos para os quais pretendam apresentar proposta.

As propostas deverão, ainda, considerar em sua formação de preços todas as isenções, reduções, desonerações, descontos e demais benefícios fiscais ou comerciais aplicáveis ao fornecimento de medicamentos destinados ao atendimento de demandas judiciais, de modo que os valores ofertados reflitam efetivamente as condições econômicas incidentes sobre a operação e assegurem a economicidade da contratação.

No que se refere à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, embora tenha sido considerada a possibilidade de destinação de itens para participação exclusiva dessas empresas, não serão destinados itens da contratação para participação exclusiva de ME/EPP, tendo em vista as características específicas do mercado de medicamentos éticos e as experiências anteriores da Administração em contratações de objetos semelhantes.

Em procedimentos anteriormente realizados, verificou-se que a restrição da participação a empresas enquadradas como ME/EPP reduziu significativamente o universo de potenciais competidores para determinados medicamentos e apresentações, ocasionando, em determinados casos, a ausência de propostas válidas e o consequente fracasso de itens da contratação. Tal experiência demonstra que, nas circunstâncias específicas do presente objeto, a limitação da participação poderá comprometer a competitividade do certame e, consequentemente, a própria obtenção dos medicamentos necessários ao atendimento das demandas judiciais.

A não destinação de itens para participação exclusiva de ME/EPP mostra-se especialmente pertinente diante da especificidade dos medicamentos éticos, da diversidade de fabricantes e distribuidores, da necessidade de aquisição de produtos determinados e da possibilidade de existência de número reduzido de empresas aptas a fornecer determinados medicamentos.

Assim, a opção adotada busca preservar a competitividade efetiva do certame, ampliar o universo de potenciais fornecedores e reduzir o risco de itens desertos ou fracassados, conciliando a promoção do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte com os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público.

Dessa forma, a solução definida apresenta-se como a alternativa mais adequada para assegurar o atendimento das demandas judiciais dos municípios consorciados, proporcionando maior eficiência administrativa, economia de escala, racionalização dos procedimentos e segurança no fornecimento dos medicamentos necessários.

5. DO VALOR

5.1. Quanto a estimativa do valor da contratação o mesmo é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto na Resolução n º 07/2023, que “Institui normas para o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no CONDESUS Campos de Cima da Serra”.

5.2. Para embasar o processo e verificar se o valor está dentro da realidade de mercado o CONDESUS procedeu em pesquisa de mercado através do levantamento de preços praticados por outros órgãos da Administração Pública em contratações similares, bem como considerou valores referentes a cotação direta realizada com fornecedores atuantes no respectivo ramo de mercado.

5.3. O valor global a ser pago pela execução do objeto da presente contratação é de R$76.134.058,18 (setenta e seis milhões cento e trinta e quatro mil e cinquenta e oito reais e dezoito centavos), conforme na pesquisa de mercado, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

6. DO RECURSO A SER UTILIZADO

6.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente ata de registro

de preços correrão a cargo dos Municípios Consorciados Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente observadas as condições estabelecidas no edital.

7. DA ENTREGA, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

7.1. O prazo de entrega é até 10 (dez) dias, contados da confirmação do pedido e emissão da respectiva Nota de Empenho e Autorização de fornecimento.

7.2. Os materiais demandados deverão ser entregues em local definido pelo município quando do envio da Autorização de Fornecimento.

7.3. Os itens adjudicados, referentes ao material adquirido, deverão ser entregues conforme especificações deste instrumento, dentro do prazo estipulado no item 6.1.

7.4. Por ocasião do recebimento do pedido os itens terão suas características confrontadas com as especificações contidas neste instrumento, considerando a proposta de preços parte integrante do respectivo termo contratual.

7.5. Será recusado o material que não estiver em acordo com todas as especificações do presente instrumento.

7.6. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação dos documentos de cobrança, desde que a totalidade do objeto contratado tenha sido executada, atestada e aprovada pelo CONTRATANTE;

7.7. O pagamento ocorrerá após o recebimento definitivo dos materiais constantes na Nota de Empenho.

7.8. Em caso de entrega parcial, a fiscalização notificará a CONTRATADA, informando o ocorrido, e considerar-se-á como inadimplemento contratual, tendo em vista a não entrega de todos os itens solicitados.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo

para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar a os serviços observando fielmente as disposições contidas em edital e em contrato, bem como nos termos da sua proposta;

b) Indicar preposto para ser seu representante durante a execução do presente contrato;

c) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

d) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

e) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

f) Observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis à execução dos serviços, visando sua perfeita execução.

g) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

h) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados

mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

i) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;

j) Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e em contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços executados, nos termos do presente instrumento;

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

c) Determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;

d) Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto desse contrato.

10. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor contratado será selecionado considerando a proposta de menor valor por item.

11. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

a) Termo de Formalização de Demanda;

b) Realização da pesquisa de mercado, e composição da orçamentação;

c) Levantamento das demandas dos municípios consorciados;

d) Elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP;

e) Encaminhamento do processo para análise jurídica;

f) Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;

g) Publicação e divulgação do Edital de Licitação;

h) Realização do certame e julgamento da licitação;

i) Homologação e Adjudicação do processo;

j) Assinatura e publicação da Ata de Registro de Preço.

11.2. No que se refere a fiscalização do contrato, em se tratando da realização de licitação compartilhada, cada município consorciado contratante designará o gestor e o fiscal de contrato.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

12.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

12.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

12.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Vacaria, XX de agosto de 2026.

_____

Maristela Borges Saugo

Secretária da Câmara Setorial da Saúde

ANEXO II - MODELO PROPOSTA DE PREÇO

NOME DA EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
E-MAIL:
VALIDADE DA PROPOSTA:

A presente licitação tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS para futura aquisição de medicamentos éticos para os municípios consorciados ao CONDESUS, que obedecerá ao contido no termo de referência.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total

Local/data

_____
Assinatura do Responsável Legal

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ..... do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e seis, compareceram, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra - CONDESUS, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.712.762/0001-71, com sede administrativa localizada na Rua Madre Vitória Joana Favre, n° 930, Bairro Parque dos Rodeios CEP nº. 95201-227, nesta cidade de Vacaria/RS, representada pelo Presidente CONDESUS, o Sr. Frederico Arcari Becker, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada DETENTORA DE ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nº. 27/2026, Processo Licitatório 34/2026, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a aquisição de medicamentos éticos, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da Empresa	Itens

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021, e pelas condições do Edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

Empresa	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF

CLÁSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: a aquisição de medicamentos éticos, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente, Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O preço unitário para o fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor:						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	Preço unitário	Preço Total

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao reestabelecimento da relação inicialmente pactuada.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços incialmente compactuados, mediante juntada

da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento de pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.3. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

a) Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

b) Na hipótese prevista na alínea anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 23 da Resolução AG n.º 09/2024.

c) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 24 da Resolução AG n.º 09/2024, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

2.4. Quando o preço registrado se tornar inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

a) Para fins do disposto no caput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

b) Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 23 da Resolução AG n.º 09/2024, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

c) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos da alínea anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 14 da Resolução AG n.º 09/2024.

d) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 24 da Resolução AG n.º 09/2024, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

e) Na hipótese de comprovação do disposto no caput e na alínea “a”, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇO

4.1. A Ata de Registro de Preço será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

4.2. Os municípios consorciados participantes da Ata de registro de preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará Autorização de Fornecimento que será remetida novamente ao órgão ou entidade participante que celebrará contrato ou emitirá nota de empenho de despesa ou outro instrumento equivalente, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos documentos de solicitação de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 14.133/2021 e demais normas cabíveis.

4.5. Os municípios consorciados participantes da Ata de registro de preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. Deverão, ainda, informar o órgão gerenciador acerca de eventuais infrações para possibilitar a instauração de Procedimento Administrativo para apurar as condutas, conforme previsto no Regimento Interno do Procedimento Administrativo Sancionador – PAS, aprovado pela Resolução AG nº 10/2025.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. Administrar e produzir os atos de controle da Ata de registro de preços decorrente da presente licitação por meio do Núcleo de Compras e Licitação do CONDESUS, órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. Acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. Sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicar os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos

5.1.3. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços forem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.4. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.5. Emitir a autorização de compra;

5.1.6. Apurar, processar e julgar as infrações decorrentes de processo licitatório e da execução de contratos decorrentes da presente ata, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório.

5.2. Compete aos municípios consorciados:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos bens dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Por meio de responsável formalmente designado, proceder à fiscalização da contratação, mediante o cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.2.4. Notificar o órgão gerenciador acerca de condutas infracionais para possibilitar a instauração do Procedimento Administrativo Sancionador, na forma prevista na Resolução AG nº 10/2025.

5.2.5. O município consorciado deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 23 da Resolução AG n.º 09/2024, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

5.2.6. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.2.7. Dar preferência de contratação ao detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata.

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo município consorciado usuário da ata de registro de preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), por força do tratado no Art. 125 da Lei 14.133/2021 e alterações, sob pena das sanções cabíveis.

5 3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo município consorciado usuário, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, em caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou igualdade de condições, caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 22 da Resolução AG n.º 09/2024; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado total ou parcialmente pelo órgão gerenciador nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 21 e no § 4º do art. 22 da Resolução AG n.º 09/2024.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A ata de registro de preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos municípios consorciados ao CONDESUS.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O ente consorciado formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, juntamente com a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da ata de registro de preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.4.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada ordem de fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar.

7.4.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do município consorciado requisitante, não podendo ultrapassar 10 (dez) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.4.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.4 4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.5. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação.

7.6. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações

7.7. Todas as despesas relativas aos impostos, taxas, contribuições, encargos, despesas com frete e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado contra empenho em até 30 dias após a entrega total dos produtos contidos na ordem de fornecimento ou empenho, por intermédio da Tesouraria do município consorciado e mediante apresentação da nota fiscal/fatura, correndo a despesa na dotação orçamentária de cada município consorciado.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor torne as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota fiscal, o município consorciado, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção na fonte dos tributos sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. Para a presente ata não serão permitidos acréscimos e supressões.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente ata de registro de preços correrão a cargo dos Municípios Consorciados Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente observadas as condições estabelecidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. O descumprimento da ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador processar e aplicar, nos termos do Regimento Interno do PAS do CONDESUS, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação sob sua responsabilidade, garantindo-se o contraditório e ampla defesa, com os devidos registros nos sistemas competentes (art. 5º, inc. X, da Resolução AG n.º 09/2024), como também processar e julgar as penalidades decorrentes de infrações contatuais da presente Ata, cabendo ao município consorciado diretamente lesado a execução das penalidades impostas.

11.3. O município consorciado deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 23 da Resolução AG n.º 09/2024, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato ou íntegra do instrumento na imprensa oficial do CONDESUS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Vacaria, XX de XXXXX de 2026.

_____

Frederico Arcari Becker
Presidente – CONDESUS

Empresa Participante:

ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA LEI 14.133/21

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob n°, com sede administrativa a Rua XXX na cidade de XXXX por meio do seu representante legal o Sr. XXX, inscrito no CPF sob n° XX, vem DECLARAR:

a) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

b) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

e) Declaração de observância do limite de R$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

f) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

g) Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

Cidade, XX, mês, 2026.

Empresa XX
CNPJ